

Breves Notas

Associação Goiana do Ministério Público / Goiânia, novembro/dezembro de 2008 - nº 30

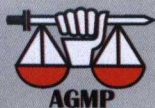
Festa na AGMP revela

Nossos Talentos

Promotores e procuradores de justiça foram as atrações da festa de confraternização de fim de ano da classe, na sede social da AGMP. Em uma noite especial, eles revelaram seus talentos artísticos na literatura, música e artes plásticas.

VIII Congresso do MP do Centro-Oeste

Evento será realizado em maio, na Pousada do Rio Quente (GO)



Breves Notas Nº 30

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO - AGMP

Endereço: Rua T-29, esquina com T-9, nº 1.758 -

Setor Bueno Goiânia-GO - CEP 74.215-050

Telefone: (62) 3285-6660 - Fax (62) 3251-1798

E-mails: agmp@agmp.org.br -

presidencia@agmp.org.br - tesouraria@agmp.org.br -

jornalismo@agmp.org.br - informatica@agmp.org.br

- samp@agmp.org.br - secretaria@agmp.org.br -

diretoria@agmp.org.br

DIRETORIA DA AGMP

Lauro Machado Nogueira

Presidente

Goiamilton Antonio Machado

Vice-Presidente

Ana Maria Rodrigues da Cunha

Secretária-Geral

Astúlio Gonçalves de Souza

Diretor Financeiro

Maria Bernadete Ramos Crispim

Diretora Sociocultural

Cássio de Souza Lima

Diretor de Esportes

Anália Rabelo Montes Elias

Diretora de Integração

Leila Maria de Oliveira

Diretora de Comunicação

Arthur José Jacon Matias

Diretor de Assuntos Institucionais

CONSELHO FISCAL

Titulares

Rodolfo Pereira Lima Júnior

Rodrigo Félix Bueno

Valdemes Ribeiro de Menezes

Suplentes

Bernardo Boclin Borges

Clínio Xavier Cordeiro

João Porto Silvério Júnior

JORNALISTA

Adriano de Sá Godoi

DESIGN GRÁFICO

A.L. DESIGN

aldesigngrafico@yahoo.com.br

(62) 9105-3653

EDITOR DE ARTE

Alessandro Carrijo

Fotografia

Moraes

Nesta edição

8

Homenagem

Promotores de Justiça recebem homenagens
na Assembléia Legislativa.

10 e 11

Ponto de Vista

Reforma Psiquiátrica nas Medidas de Segurança
Haroldo Caetano da Silva

15

Celebração

Evento tradicional da AGMP
reúne os promotores e
procuradores de justiça
aposentados.



SERVIÇOS DA AGMP

SAMP (Serviço de Assistência Médica aos
Membros do Ministério Público)

Horário de atendimento: 8 às 18 horas

Secretárias: Viviane e Ivana

Fones: (62) 3274-3513

(62) 3285-6660 - Ramal 213

Fax: (62) 3251-3454

Consultas Médicas

Dr. Ildefonso Teles Neto - 11 às 12 horas

Fone: (62) 3285-6660 - Ramal 213

Sede Social da AGMP

(Salão de festas, sauna, academia, quadra
de esportes, auditório)

Fone: (62) 3285-6660 - Ramal 212

Tratar com Marta

Casa do Promotor

Fone: (62) 3251-5336

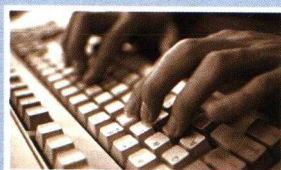
Reservas com Rose ou Marta:

Fone: (62) 3285-6660

ou pelo site www.agmp.org.br

www.agmp.org.br

Linha direta com o presidente



O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira,
possui e-mail e endereço de MSN exclusivos para falar
diretamente com os associados. O contato pode ser
feito através dos endereço presidencia@agmp.org.br

Agora é 2009

Todo final de ano é tempo de reflexão, de balanço, mas sobretudo é tempo de renovação de energias.

O ano de 2008, pautado no mundo jurídico pela celebração dos 20 anos da Constituição Federal, foi um período em que o Ministério Público, no âmbito nacional, enfrentou um grande embate no Congresso Nacional acerca da manutenção do texto no Código de Processo Penal que possibilita a outras instituições, além da Polícia Civil, promoverem investigações criminais (PL 4209/01). A classe também teve frustradas as expectativas para a votação, no final do ano, da atualização monetária dos subsídios, que já contabilizam três anos sem qualquer reajuste.

A AGMP esteve presente em Brasília durante todo o ano, acompanhando as discussões juntamente com a Diretoria da CONAMP, buscando preservar as prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público.

No âmbito estadual, procuramos resgatar todos os direitos dos associados ativos e inativos, contabilizando importantes conquistas como o pagamento administrativo dos adicionais de tempo de serviço referentes ao período de janeiro de 2005 a setembro de 2006, além de vitórias no âmbito judicial que atenderam aos aposentados, especialmente em relação ao corte de teto e a redução do pagamento da contribuição previdenciária para aqueles portadores de doença incapacitante.

Em relação à Procuradoria Geral de Justiça, não obstante algumas postulações indeferidas de interesse da classe (venda de férias), estabelecemos uma relação de respeito e cooperação, contribuindo com as discussões do Planejamento Estratégico, com a elaboração do Projeto Memória e promovendo em conjunto a

campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”.

Postulamos e obtivemos do Colégio de Procuradores de Justiça a oportunidade da classe manifestar-se acerca do projeto de lei que resultou na LCE nº 65, que promoveu importantes mudanças na estrutura da Instituição.

Participamos ainda das discussões da criação da GOIASPREV, juntamente com a Assessoria Parlamentar da PGJ, tendo o projeto contemplado a autonomia administrativa do Ministério Público e poderes autônomos.

Já em 2009, teremos no dia 20 de fevereiro a definição da lista tríplice para a escolha do novo Procurador-Geral de Justiça. A AGMP espera que mais uma vez o exercício da democracia interna seja um momento rico para o debate institucional e a renovação de compromissos e ideais para a consolidação do Ministério Público goiano.

Em maio, promoveremos juntamente com as demais associações do Centro-Oeste o VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste com o tema “Do local ao Regional: Desafios e Rumos para a Integração do Ministério Público”, esperando a adesão de todos os colegas para esse evento, que será mais uma oportunidade de conagração e evolução profissional.

Por fim, celebramos 2008 com uma confraternização diferente, descontraída, e embalada pelos nossos talentos que, com muita competência, animaram a noite.

Agora é 2009 que se inicia, com muito trabalho pela frente, mas com muita disposição também. Mãos à obra!!!

Um grande abraço a todos.

Lauro Machado Nogueira
Presidente da AGMP

Posses no MP de Goiás

Os novos membros do Conselho Superior, da Corregedoria-Geral do MP e das recém-criadas Subprocuradorias-Gerais para Assuntos Jurídico-Institucionais e para Assuntos Administrativos tomaram posse no dia 30 de dezembro. Assumiram os cargos de corregedor-geral e de corregedor substituto os procuradores de Justiça José Eduardo Veiga Braga, que foi reeleito, e Altamir Rodrigues Vieira Júnior.

A posse aconteceu durante sessão solene do Colégio de Procuradores. Também foram empossados os membros do Conselho Superior do MP. Além do procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon, e o corregedor-geral do MP, José Eduardo Veiga Braga – membros natos – assumiram as vagas os procuradores Benedito Torres Neto, José Carlos Mendonça, Waldir Lara Cardoso – eleitos pelos promotores de justiça – Dilene Carneiro Freire e Orlandina Brito Pereira – eleitos pelos procuradores de justiça.

A Subprocuradoria-Geral para Assuntos Jurídico-Institucionais passou a ter como titular a procuradora de Justiça Ana Cristina Ribeiro Peternella França, enquanto o promotor de Justiça Fernando Viggiano assumiu a Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos.

O presidente da Associação Goiana do Ministério Público, Lauro Machado Nogueira, participou da solenidade e destacou o alinhamento existente entre os órgãos da administração superior do MP e a Procuradoria-Geral de Justiça.

Fotos: João Sérgio



SOLENIIDADE DE POSSE EM SESSÃO SOLENE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO MP

Aprovada mudança na Resolução 12

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, em dezembro, proposta de alteração da Resolução/CNMP nº 12, que trata do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público. Com a nova redação, os Ministérios Públicos da União e dos Estados deverão encaminhar ao CNMP relatório com informações referentes às estruturas administrativa e tecnológica, à execução orçamentária e ao cumprimento das metas fiscais “até o último dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao exercício financeiro”. Segundo o autor da proposta, conselheiro Cláudio Barros, a mudança era necessária para adequar a norma do CNMP a prazos já previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Luiz Cláudio Veiga Braga é nomeado Desembargador

O procurador de Justiça Luiz Cláudio Veiga Braga (foto) foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás pelo governador Alcides Rodrigues. Ele compunha lista tríplice juntamente com os procuradores Nilo Mendes Guimarães e Eliane Ferreira Favaro. Luiz Cláudio Veiga Braga tomará posse no dia 28 de janeiro.

Ele assumirá a 32ª vaga de desembargador, destinada ao quinto constitucional do Ministério Público. Luiz Cláudio ingressou no MP em 1983 na comarca de Mossâmedes, atuando também em Crixás, Porto Nacional e Goiânia. Em 1992 atuou como promotor-corregedor, tendo participado também da primeira diretoria da Escola Superior do Ministério Público (ESMP). É procurador de Justiça desde setembro de 1994.

Interrogatório por videoconferência

A Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro, a possibilidade de realizar interrogatórios de presos por videoconferência. Segundo o Projeto de Lei 4361/08, a medida poderá ser determinada em quatro situações: quando existir suspeita de fuga durante o deslocamento do preso ao fórum, para viabilizar sua participação se houver dificuldade para comparecer em juízo ou se estiver doente, para impedir a influência do réu sobre testemunha ou vítima e devido a grave problema de ordem pública.

Câmara adia votação de revisão de subsídios

A Câmara dos Deputados adiou a votação dos Projetos de Lei nº 7.297/06 e nº 7.298/06, que tratam da revisão dos subsídios dos membros do MP e da magistratura. As propostas tinham sido incluídas na pauta de votações do plenário da Casa em dezembro. O acordo havia sido feito após atuação do presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Carlos Cosenzo, e de representantes de outras entidades do MP e da magistratura, que estiveram reunidos com diversos deputados e inclusive com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Os PLs 7.297/06 e 7.298/06 estão em tramitação na Câmara há mais de dois anos. A não apreciação da matéria transfere a discussão para este ano, com a necessidade de mais negociação com a nova mesa diretora da Câmara dos Deputados.

Promotorias de Cumari e Fazenda Nova ganham sede

As Promotorias de Justiça de Cumari e de Fazenda Nova ganharam novas sedes. Em Cumari, a sede própria foi inaugurada em outubro, durante solenidade com a presença do procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura, o promotor da comarca, Pedro Caetano da Silva Filho, o presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, além de autoridades estaduais e municipais



Fotos: João Sérgio

SEDE PRÓPRIA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUMARI



PROMOTORES DE JUSTIÇA DURANTE INAUGURAÇÃO EM FAZENDA NOVA

convidadas. Já a promotoria de Fazenda Nova ganhou um anexo, inaugurado no dia 18 de dezembro, em solenidade realizada no pátio interno do Fórum da comarca. Estiveram presentes o titular da promotoria, Eliseu Antônio da Silva Belo, o diretor-geral do MP, Fernando Braga Viggiano, e outros convidados representaram a administração superior da instituição na solenidade. Também prestigiaram o evento o presidente e o vice-presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira e Goiámlton Antônio Machado.

Aprovado projeto que trata da investigação criminal

A Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro, alterações no Código de Processo Penal (CPP - Decreto-Lei 3.689/41) para aperfeiçoar e simplificar as regras da investigação policial. A proposta seguiu para o Senado.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ) ao Projeto de Lei 4209/01. A proposta foi originalmente elaborada por uma comissão de juristas, criada pelo Ministério da Justiça no governo FHC. Esse é o último dos projetos listados pelo grupo de trabalho como fundamentais para racionalizar e agilizar a Justiça no combate à violência e à impunidade.

A redação aprovada foi o substitutivo aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Entre outros avanços, a proposta introduz no CPP a formalização do Termo Circunstanciado de Ocorrência para a apuração de infração de menor potencial ofensivo. Nos demais casos, será instaurado inquérito, que se desenvolverá simplificando os atos da investigação.

O texto ainda garantiu a possibilidade de investigação por outros órgãos além da Polícia Civil, o que atende ao Ministério Público.



Eleição para procurador-geral de Justiça será em fevereiro

O Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Goiás aprovou resolução definindo o dia 20 de fevereiro de 2009 para a eleição que formará lista tríplice para escolha do procurador-geral de Justiça. A inscrição para concorrer ao cargo poderá ser feita das 8 horas do dia 21 de janeiro de 2009 até as 18 horas do dia 30 do mesmo mês. O registro deve ser feito pessoalmente perante a Comissão Eleitoral, instalada na sala do Colégio de Procuradores. Foram nomeados integrantes da comissão os procuradores de justiça Pedro Tavares Filho, Luzia Vilela Ribeiro e Marcos de Abreu e Silva. Após o encerramento do prazo para inscrição, os membros do Ministério Público dispõem de 24 horas para impugnar, de forma fundamentada, qualquer das inscrições feitas.

A votação será realizada das 8 às 17 horas, na sala do Colégio de Procuradores (sala 201 - 2º andar do edifício-sede do MP). Este será o primeiro pleito para escolha de procurador-geral de Justiça a utilizar o sistema de votação eletrônica e-Voto.

Fontes: Assessoria de Comunicação do MP de Goiás, Conamp e Senado

O brilho dos Nossos Talentos

Música, artes plásticas e literatura. O talento artístico de promotores e procuradores de justiça em diferentes áreas surpreendeu e garantiu a animação da festa de fim de ano da AGMP. A confraternização da classe, também em comemoração pelo Dia Nacional do Ministério Público, reuniu cerca de 400 associados e convidados na sede social da AGMP, no dia 13 de dezembro último.

O grande diferencial do evento foi o projeto "Nossos Talentos", idealizado pela diretoria da AGMP. A iniciativa transformou colegas de MP em atrações da noite e agradou a todos. Os participantes demonstraram seus talentos em literatura, artes plásticas e, principalmente, na música.

Durante a noite, subiram ao palco Joana D'arc Oliveira, Marli Rodrigues de Ataídes e Juliana Giovanini, que cantaram clássicos de bolero e da MPB e arrancaram elogios do público com suas performances. As apresentações continuaram com o procurador Valdemes Ribeiro de Menezes, que contou uma prosa.

Em seguida, o rock'n'roll tomou conta do salão. As bandas Guardiões do Rock, dos promotores Rodney da Silva e Fernando Gomes Rosa, e Percival Aranha, de Mário Henrique Caixeta e Denis Bimbati Marques, contagiaram os convidados.

Os participantes também apreciaram a exposição de telas da promotora de justiça aposentada Aldair Maria de Souza Rocha. Os trabalhos em natureza-morta e de flores surpreenderam os colegas presentes.

Vários livros de autoria de integrantes do MP também foram expostos no salão de festas, com produções variadas que incluíram tanto obras de ficção quanto na área jurídica. Alguns dos autores que participaram da exposição foram João Neder ("De cabo-de-esquadra a Marechal de Guerrilha"), Isaac Benchimol e Luís Eduardo Barros Ferreira ("Encontros Poéticos"), José Alves Pereira ("Arvoredo é de Tirar o Chapéu"), Haroldo Caetano da Silva ("Manual da Execução Penal") e Érico de Pina Cabral ("Inversão do Ônus da Prova").

A noite foi marcada por um clima de descontração e informalidade, inclusive nas roupas dos convidados, que este ano foram dispensados do traje formal. A decoração e o buffet também ajudaram a tornar a confraternização da classe ainda mais agradável.



Promotora Aldair Rocha, ao lado de suas telas

Promotora Joana D'Arc no palco



Denis (à esquerda), Mario Henrique (bateria) e banda

Procurador Valdemes Menezes se apresenta

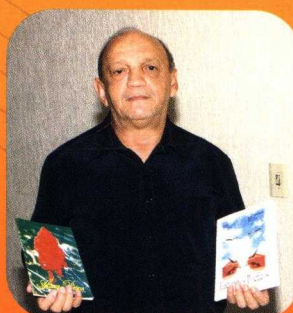


Lauro Machado (centro) apresenta a banda de Rodney e Fernando

Promotora Juliana Giovanini em grande performance



Procuradora Marli Rodrigues foi uma das atrações da noite



Promotor Isaac Benchimol mostra suas obras literárias

Homenagem

A confraternização entre os integrantes do Ministério Público de Goiás foi iniciada com uma homenagem ao procurador de justiça Benedito Torres Neto. Ex-presidente da AGMP por dois mandatos consecutivos, a fotografia dele foi instalada e passou a integrar a galeria de ex-presidentes da associação.

A homenagem ocorreu no hall do auditório da AGMP, onde fica a galeria com imagens dos ex-presidentes. Benedito Torres e o presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, descerraram a faixa na presença de vários convidados e familiares do homenageado.



Lauro e Benedito (dir.), com familiares, descerram foto



Convidados na área externa da sede social



Casais lotam o salão e se divertem

Artes Plásticas

"A idéia de promover o "Nossos Talentos" foi excelente. Sem a AGMP, eu não teria a atitude de expor meus trabalhos aos colegas. Não sabia se haveria receptividade. Me senti e estou muito honrada com o convite e com a oportunidade de participar dessa iniciativa."

Aldair Maria de Souza Rocha,
promotora de justiça aposentada

Música

"A iniciativa da AGMP foi ótima. É uma grande oportunidade de conhecer os talentos dos colegas. Além disso, as várias formas de expressão artística presentes nesta festa são uma forma de acesso e incentivo à cultura."

Juliana Giovanini Gonçalves,
promotora de justiça em Santa Helena de Goiás

Literatura

"O projeto Nossos Talentos é muito válido. Faz com que a gente conheça os colegas em outros aspectos, além da atuação como promotor ou procurador. Rodney é tecladista. Juliana canta muito bem. Essa iniciativa deve se repetir para estimular outros colegas a participarem no próximo ano."

Érico de Pina Cabral,
promotor de justiça em Turvânia,
autor do livro *Inversão do Ônus da Prova*.

Futebol no Serra Dourada

Em comemoração pelo Dia Nacional do Ministério Público, a AGMP promoveu no domingo, dia 14 de dezembro, o tradicional jogo de futebol de fim de ano, no Estádio Serra Dourada. O evento contou com a participação de cerca de 150 pessoas, entre promotores e procuradores de justiça associados, dependentes e convidados. Entre os presentes, o procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura, e o vice-presidente da AGMP, Goiâmilton Antonio Machado. O time da AGMP venceu a equipe de convidados pelo placar de 3 a 2.

Promotores de Porangatu recebem título de cidadão

Os promotores de justiça Wilson Nunes Lúcio (*foto 1*) e Joás de França Barros (*foto 2*) receberam, no dia 10 de dezembro, o título de Cidadão Goiano, durante sessão solene, na Assembléia Legislativa de Goiás. Os dois promotores de justiça atuam em Porangatu. A solenidade contou com a presença de familiares dos homenageados e autoridades, entre as quais o presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, e o procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura.

O promotor de justiça Wilson Nunes Lúcio é mineiro de Iturama. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, ele ingressou no Ministério Público de Goiás em 1993. Passou pelas Comarcas de Itajá, Posse e Rio Verde, indo para Porangatu no ano de 1999, onde é titular da 2ª Promotoria de Justiça. Wilson Nunes também é diretor da Regional Norte da AGMP, que abrange as comarcas de São Miguel do Araguaia, Minaçu, Formoso, Estrela do Norte, Mara Rosa, Uruaçu e Niquelândia.

O promotor de justiça Joás de França Barros é potiguar da cidade de Natal. Ele formou-se em Direito no Distrito Federal e é titular da 1ª Promotoria de Justiça de Porangatu desde 1995. Antes de ingressar no Ministério Público, ocupou os cargos de 2º Tenente do Exército Brasileiro, Escrivão e Delegado de Polícia, respectivamente, no Distrito Federal e em Goiás.

1



2



Medalha do Mérito para promotoras

As promotoras de Justiça Ângela Acosta Giovanini de Moura, que atua em Quirinópolis, e Daniela Lemos Salgi, de Itajá, receberam a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira. A cerimônia foi realizada no dia 17 de novembro, no plenário Getulino Artiga, da Assembléia Legislativa de Goiás. A medalha é a mais importante honraria concedida pela Assembléia Legislativa.



EDUARDO ABDON (ESQ.), DANIELA SALGI, LAURO NOGUEIRA E ÂNGELA DE MOURA EM HOMENAGEM



SOLENIIDADE DE HOMENAGEM DA PM NO AUDITÓRIO DO MP DE GOIÁS

Polícia Militar homenageia membros do MP de Goiás

A Polícia Militar de Goiás homenageou 76 promotores e procuradores de Justiça do MP de Goiás com a Medalha Sesquicentenário, que celebra os 150 anos da corporação. A solenidade ocorreu no auditório da sede Ministério Público. O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, foi um dos homenageados. De acordo com a PM, a medalha foi concedida em razão da regular parceria entre membros do Ministério Público e a Polícia Militar na execução de várias ações.



DIRETORIA DA AGMP APRESENTA A ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO AOS NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS DO MP DE GOIÁS

Recepção aos novos promotores de justiça

A diretoria da AGMP promoveu em novembro uma recepção aos novos promotores de justiça substitutos do Ministério Público de Goiás. Durante uma tarde, o presidente da associação, Lauro Machado Nogueira, e integrantes da diretoria fizeram uma apresentação da AGMP aos novos promotores de justiça e falaram sobre a história da instituição, sua atuação e os principais benefícios e serviços oferecidos aos associados.

O presidente da AGMP ressaltou o papel desempenhado pela AGMP na luta por conquistas para a classe, como a isonomia salarial com a Magistratura e a instituição da eleição direta na escolha do procurador-geral de Justiça. Lauro advertiu os novos promotores, no

entanto, que a instituição é alvo constante de tentativas de enfraquecimento. O presidente da AGMP reforçou a todos que, qualquer abuso, ameaça ou interferência que sofram durante a atuação como promotor, a AGMP deve ser acionada e se manifestará em defesa das prerrogativas da classe.

Durante o encontro, a diretora-geral do Serviço de Assistência Médica aos Membros do MP (Samp), Valéria Cristina de Paula Magalhães, explicou aos novos promotores sobre o funcionamento e os principais benefícios oferecidos pelo plano de saúde da AGMP. Eles também foram informados sobre toda a estrutura da sede social da AGMP e da Casa do Promotor.

Os novos promotores ganharam ainda um kit com o Estatuto da AGMP, regulamento da sala de ginástica, regulamento do pecúlio, regulamento da Casa do Promotor, guia da Uniodonto, guia e tabela do Samp, carteira funcional e dois bottons com o símbolo do Ministério Público, mapa do Estado de Goiás e exemplar do livro sobre aposentadoria dos agentes públicos.

Participaram da recepção aos novos promotores o vice-presidente da AGMP, Goiámlton Machado, a diretora de Comunicação, Leila Maria de Oliveira, diretora de Integração, Anália Rabelo Montes Elias, diretor financeiro, Astúlio Gonçalves de Souza e a diretora Sociocultural, Maria Bernadete Ramos Crispim.



HAROLDO CAETANO DA SILVA

Promotor de Justiça

Mestre em Ciências Penais pela UFG Autor do livro Execução Penal (Porto Alegre: Magister, 2006)

haroldocaetano@gmail.com / 25promotoria@mp.go.gov.br

Reforma Psiquiátrica nas Medidas de Segurança

A EXPERIÊNCIA GOIANA DO PAILI

PARTE I – REFORMA PSIQUIÁTRICA E MEDIDAS DE SEGURANÇA

A Lei nº 10.216/2001 (Lei Antimanicomial ou Lei da Reforma Psiquiátrica) veio contemplar o modelo humanizador historicamente defendido pelos militantes do movimento conhecido como Luta Antimanicomial, tendo como diretriz a reformulação do modelo de atenção à saúde mental, transferindo o foco do tratamento que se concentrava na instituição hospitalar para uma rede de atenção psicossocial, estruturada em unidades de serviços comunitários e abertos.

Esse novo modelo assistencial em saúde mental alcança a hipótese de internação determinada pela Justiça, caso em que é chamada de internação compulsória pela Lei 10.216 (art. 6º, parágrafo único, III), conhecida no meio jurídico como uma das modalidades das medidas de segurança.

Impõe-se agora uma nova interpretação das regras relativas às medidas de segurança, tanto no Código Penal quanto na Lei de Execução Penal, parcialmente derogadas que foram pela Lei da Reforma Psiquiátrica. Ao submeter o agente inimputável ou semi-imputável à medida de segurança, deve o juiz dar preferência ao tratamento ambulatorial, somente determinando a internação “quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (art. 4º, caput). De tal sorte, mesmo que o fato seja punível com reclusão, deve o juiz preferir o tratamento ambulatorial, diversamente do que prevê o art. 97 do CP. Entretanto, havendo indicação para a internação, esta deve obedecer aos estritos limites definidos pela Lei da Reforma Psiquiátrica, sendo obrigatoriamente precedida de “laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos” (art. 6º, caput), vedada a internação, mesmo como medida de segurança, sem a recomendação médica de sua real necessidade. A figura da periculosidade, como se percebe, perde força enquanto fundamento para a fixação da medida imposta.

Diferentemente da pena imposta ao indivíduo imputável, a medida de segurança não tem natureza retributiva e visa exclusivamente ao tratamento deste, e não à expiação de castigo. Tal objetivo é agora reforçado

pela Lei da Reforma Psiquiátrica que, dentre outras regras, estabelece que “o tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio” (Art. 4º, § 1º), sendo expressamente vedada a internação em instituições com características asilares e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º da mesma Lei (art. 4º, § 3º).

Diante da Lei 10.216, sequer se cogita do recolhimento do paciente submetido à medida de segurança em cadeia pública ou qualquer outro estabelecimento prisional. Tal situação, muitas vezes tolerada face à não implementação de políticas públicas de atenção à saúde mental, além de violar frontalmente o modelo assistencial instituído pela Lei da Reforma Psiquiátrica, constitui ainda crime de tortura, na modalidade prevista no art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.455/97, por ele respondendo também aquele que se omite quando tinha o dever de evitar ou apurar a conduta (§ 2º), que é agravada quando praticada por agente público (§ 3º).

Nesse novo contexto, sobressai a responsabilidade da autoridade penitenciária, do juiz e do órgão do Ministério Público, pessoas que devem fazer valer as disposições afetas à Lei 10.216, zelando pelo efetivo respeito aos direitos e à dignidade da pessoa portadora de transtornos mentais submetida à medida de segurança, sob pena de, não o fazendo, responder criminalmente pela conduta, mesmo que omissiva.

PARTE II – A EXPERIÊNCIA GOIANA DO PAILI

A partir dessa nova realidade normativa, abriu-se espaço então para um redesenho das medidas de segurança, não mais reguladas com exclusividade pela legislação penal.

Pressionado pela vedação legal ao recolhimento de pacientes psiquiátricos em prisões, bem como pelas iniciativas do Ministério Público (desde 1996) e do trabalho incansável de entidades ligadas à saúde mental, o Estado de Goiás institui o PAILI (Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator) no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

O PAILI surge inicialmente com o propósito de fazer o censo das medidas de segurança em execução no Estado de Goiás. Embora tímida a proposta inicial, não deixou de ser um bom começo, pois, realizado o levantamento dos dados e elaborados os relatórios correspondentes, o Programa não poderia simplesmente ser dissolvido.

Tem início então o trabalho articulado pela Promotoria de Justiça da Execução Penal de Goiânia, com o suporte do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania, para o redimensionamento do PAILI. Para tanto se fez necessário o diálogo com diversas instituições, especialmente as Secretarias de Estado da Saúde e da Justiça, Secretaria da Saúde do Município de Goiânia, Procuradoria Geral de Justiça, Tribunal de Justiça, Conselho Regional de Psicologia, Forum Goiano de Saúde Mental, rede de clínicas psiquiátricas, entre outras.

Se a medida de segurança não tem caráter punitivo – e de direito não tem – a sua feição terapêutica deve preponderar. Eis o argumento elementar levado à mesa de discussões. Muda-se o paradigma. A questão deixa de ser focada unicamente sob o prisma da segurança pública e é acolhida definitivamente pelos serviços de saúde pública. Não será a cadeia, tampouco o manicômio, o destino desses homens e dessas mulheres submetidos à internação psiquiátrica compulsória. A imagem do sofrimento e da exclusão dos imundos depósitos de loucos – ainda recente na memória dos goianos e presente em outros cantos do país – não mais tem espaço nesta época de proteção aos direitos fundamentais dos que padecem de transtornos psiquiátricos. Será o Sistema Único de Saúde (SUS) o espaço democrático de atendimento a esses pacientes. Esta era a proposta que poderia ser implementada com o redimensionamento das funções do PAILI, desde que houvesse boa vontade e disposição de todos os partícipes chamados ao debate.

E o diálogo deu frutos. Assim se fez e o PAILI assumiu oficialmente no dia 26 de outubro de 2006 a função idealizada pelo Ministério Público.

A assinatura, naquele dia, do convênio de implementação do PAILI, em solenidade realizada no auditório do Fórum de Goiânia, registrou o marco inicial do resgate de uma grande dívida para com a dignidade dos pacientes psiquiátricos, mediante a construção não de um novo manicômio, agora dispensável, mas sim mediante a construção coletiva de um processo visando à implementação da reforma psiquiátrica nesse campo historicamente caracterizado pela violação de direitos humanos fundamentais.

Com autonomia para ministrar o tratamento nesse modelo inovador, os médicos e as equipes psicossociais das clínicas conveniadas ao SUS determinam e colocam em prática a melhor terapêutica, acompanhados de perto pelos profissionais do PAILI, cuja atuação é marcada pelo contato contínuo com os familiares dos pacientes e pela interlocução e integração com todo o sistema de saúde mental, especialmente os Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e as residências terapêuticas.

O processo de execução da medida de segurança continua jurisdicionalizado, mas não será o juiz quem determinará o tratamento a ser dispensado ao paciente, pois é o médico o profissional habilitado a estabelecer a necessidade desta ou daquela terapia. Aliás, é a Lei 10.216 que exige laudo médico circunstanciado como pressuposto elementar para a internação psiquiátrica. A proteção jurisdicional é garantia constitucional do cidadão na esfera da execução penal e, na presidência do processo executivo, o juiz acompanhará o tratamento dispensado ao paciente e decidirá sobre eventuais excessos ou desvios, até final extinção da medida de segurança.

Também o Ministério Público permanece, nesse novo panorama, com sua atuação fiscalizadora, acompanhando o desenrolar do procedimento judicial e, fundamentalmente, o tratamento dispensado aos pacientes pelas clínicas psiquiátricas e o regular funcionamento do PAILI.

A conformação deferida ao Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator, agora responsável pela execução das medidas de segurança no Estado de Goiás, é inovadora. O PAILI coloca a pessoa submetida à medida de segurança no ambiente universal e democrático do Sistema Único de Saúde sem distinção de outros pacientes, o que favorece sobremaneira a almejada inclusão à família e à sociedade.

Resultado da conciliação, num verdadeiro concerto entre os diversos órgãos envolvidos com a matéria, em ambiente que contou com a participação ativa da sociedade, o PAILI já é realidade e tem tudo para ser uma experiência a cada dia mais exitosa no resgate da dignidade e dos direitos humanos fundamentais dos pacientes submetidos à medida de segurança, e cujo modelo vem despertando o interesse de outros cantos do país.

CONVÊNIOS

VR MENSWEAR

Convênio firmado em 5/12/2008

Vantagens: Associados e dependentes da AGMP têm desconto na compra de produtos da linha social (costume, camisa e gravata) nas 3 lojas da VR Menswear em Goiânia. O desconto é de 15% do valor total da compra. Parcelamento do valor em até 5 vezes sem juros, no cheque, com entrada.

End: Loja 01 - Shopping Flamboyant; Loja 02 - Shopping Buena Vista; Loja 03 - Shopping Bougainville

Fone: (62) 3515-1731 (Flamboyant); (62) 3275-8567 (Buena Vista); (62) 3941-5254 (Bougainville)



ÓTICAS FERNANDO

Convênio firmado em 10/11/2008

Vantagens: Associados da AGMP e dependentes têm desconto de 15% nas compras à vista, e 5% de adicional nas compras de produtos promocionais. O atendimento aos associados ocorrerá mediante apresentação da carteira funcional.

End: Rua 6 nº 204 - Centro/ Avenida 136, nº 225 - Setor Marista

Fone: (62) 3092-3121/3091-4747



Bar da AGMP muda cardápio

O bar da sede social da AGMP fez uma reformulação de seu cardápio neste início de ano. Os freqüentadores do clube contarão com uma série de novos pratos para almoço e jantar, além de petiscos (*foto*).

Entre as principais opções de refeição estão panelinha de bacalhau com alcaparras, tucunará na chapa, pintado frito ao molho de camarão, muqueca capixaba, salmão grelhado com alcaparras, filé de pintado grelhado e muqueca de jacaré. O cardápio também oferece carnes grelhadas na pasta de alho, picanha, filé e filé de frango.

Os freqüentadores do clube também podem apreciar 52 variedades de petiscos, além de vários tipos de bebidas como sucos, refrigerantes, cervejas e destilados. O horário de funcionamento do bar é das 9 às 21 horas, de terça a domingo. O espaço também aceita pedidos por telefone. Os clientes que quiserem pedir o almoço antes de chegar ao clube poderão fazer o pedido pelo telefone 3285-6660. Os pratos levam, em média, 30 minutos para ficarem prontos.



ANIVERSARIANTES

JANEIRO

- 1/1 Heráclito D'Abadia Camargo
- 1/1 Marcos Alberto Rios
- 1/1 Juan Borges de Abreu
- 3/1 Miryan Belle Moraes e Miranda
- 3/1 Murilo de Moraes e Miranda
- 5/1 Adrianni Fátima Falcão S. Almeida
- 5/1 Maria do Carmos Domingos Taufick
- 6/1 Daniel Naiff Fonseca
- 7/1 Nelson Vilela Costa
- 7/1 Paulo César Torres
- 8/1 Heliana Godoi de Souza Abrão
- 8/1 Marcelo André de Azevedo
- 9/1 Waldir Lara Cardoso
- 9/1 Yara Alves Ferreira e Silva
- 10/1 Cleide Maria Pereira
- 10/1 Estela de Freitas Rezende
- 12/1 Helton de Moraes Sarmiento
- 12/1 Sérgio Luiz Delfim
- 12/1 Marizza Fabianni Maggioli
- 13/1 Areovaldo Moreira Barra
- 13/1 João Porto Silveira Junior
- 15/1 Antonia de Paula Rocha
- 15/1 Juliana de Almeida França
- 15/1 Max Esteves Pereira
- 16/1 Gêscce Cruvinel Pereira
- 17/1 Ari de Oliveira
- 18/1 Joel Pacifico de Vasconcelos

- 19/1 Alfredo Mariano
- 19/1 Eduardo Correia Barbosa
- 19/1 Publius Lentulus Alves da Rocha
- 20/1 Sebastião Maia de Menezes
- 20/1 Sebastião Simões de Araújo
- 21/1 Milton Marcolino dos Santos Júnior
- 23/1 Demóstenes Lázaro Xavier Torres
- 25/1 Aldair Maria de Sousa Rocha
- 26/1 Anália Rabelo Montes Elias
- 26/1 Lauro Machado Nogueira
- 27/1 Humberto Luiz Pucinelli
- 27/1 Laline Moreira dos Santos
- 27/1 Wilsomar Alves Moreira
- 28/1 Alencar José Vital
- 29/1 Antonio Geraldo Ramos Jubé
- 29/1 Luis Carlos Garcia
- 29/1 Marinete Couto Marinho Nery
- 29/1 Marlen Gladys Ferreira M. Jayme
- 30/1 Decil de Sá Abreu
- 30/1 Dilene Carneiro Freire
- 31/1 Maurício Alexandre Gebrim

FEVEREIRO

- 2/2 Márcio do Nascimento
- 7/2 José Antonio de Sá
- 7/2 Marcelo Celestino de Santana
- 8/2 Angela Cristina dos Santos
- 8/2 Terezinha de Jesus Paula Souza

- 9/2 Keller Divino Branquinho Adorno
- 10/2 Ário Augusto de Brito
- 10/2 Evaristo Ananias de Paula
- 10/2 Maurício José Nardini
- 11/2 Norma Branco Ferreira da Silva
- 11/2 Silvia Maria Apostólico Alves Reis
- 13/2 Vilanir de Alencar Camapum Júnior
- 14/2 Villis Marra Gomes Pinheiro
- 15/2 Arquimedes de Queiroz Barbosa
- 18/2 Walmir Martinez Sanches
- 19/2 Myrthes de Almeida Guerra Marques
- 20/2 Floracy Gomide Barreira
- 20/2 João Nunes Leite
- 20/2 Rodrigo Félix Bueno
- 21/2 Luiz Cláudio Veiga Braga
- 22/2 Carlos Vinicius Alves Ribeiro
- 22/2 Elvio Vicente da Silva
- 22/2 Fernando Gomes Rosa
- 23/2 Abrão Amisy Neto
- 23/2 Maris Amado Teixeira de Moura
- 24/2 Deusivone Campelo Soares
- 24/2 Liana Antunes Vieira Tormin
- 25/2 Braz Contijo da Silva
- 26/2 Cláudia Maria Rojas de Carvalho
- 26/2 Ruth Pereira Gomes
- 27/2 Maria de Fátima Simão
- 28/2 Vanusa de Araújo Lopes Andrade



Futebol Society

AGMP é vice em torneio nacional

O time de futebol society da AGMP foi vice-campeão no VII Torneio Nacional do Ministério Público, na categoria Força Livre. O título foi conquistado após três dias de competição entre equipes de todo o País. O torneio ocorreu em novembro, na cidade de Bonito (Mato Grosso do Sul), com a participação de cerca de 800 promotores e procuradores de justiça de 19 Estados.

A AGMP esteve presente na competição em duas categorias: Força Livre e Super Master. A equipe da categoria Força Livre terminou como vice-campeã, depois de uma atuação destacada, com uma série de vitórias por goleada até o jogo decisivo do campeonato.

Na primeira fase do torneio, o time de Goiás venceu o Ceará (6 x 2) e o Mato Grosso do Sul (4 x 2). Na sequência, ganhou do Amapá pelas quartas-de-final. Na semifinal, goleou a equipe do Rio de Janeiro por 4 a 0. O último duelo aconteceu entre a equipe goiana e a do Distrito Federal e só foi definido nos minutos finais da partida, vencida por 2 a 0 pelo DF. Com o resultado, a AGMP conseguiu o vice-campeonato na categoria Força Livre, comemorado com muita festa pela equipe.

Os atletas goianos também tiveram destaque no torneio. Thiago Galindo Placheski foi premiado como artilheiro da competição, com seis gols. O vice-artilheiro, também da equipe de Goiás, foi Antônio de Pádua Freitas Júnior.

A AGMP também participou do torneio com uma equipe na categoria Super Master. A equipe de Goiás obteve o 5º lugar na competição.

EQUIPES DA AGMP

Categoria Livre

Antônio de Pádua Freitas Júnior
Danni Sales Silva
Fabiano de Souza Naves
José Carlos Mendonça
José Carlos Miranda Nery
Thiago Galindo Placheski
Eliseu Antonio da Silva Belo
Lauro Machado Nogueira

CATEGORIA SUPER MASTER

Arquimedes Queiroz Barbosa
Benedito Torres Neto
Clínio Xavier Cordeiro
Edvar da Costa Muniz
Eliseu José Taveira Vieira
Eusélio Tonhá dos Santos
Goiamilton Antônio Machado
Henrique Carlos de Souza Teixeira
Isaac Benchimol Ferreira
Paulo Pereira dos Santos
Robertson Alves de Mesquita
Luís Carlos Garcia
Cássio de Sousa Lima
Rodolfo Pereira Lima Júnior



EQUIPE DA AGMP COMEMORA A CONQUISTA DO VICE-CAMPEONATO DO TORNEIO NACIONAL DE FUTEBOL SOCIETY DO MP, EM BONITO (MS)

Confraternização

Os funcionários da AGMP celebraram o fim do ano com uma grande festa de confraternização no dia 22 de dezembro. Os servidores que atuam na área administrativa e social da AGMP, Casa do Promotor, Samp e Sede Campestre passaram um dia inteiro reunidos na sede da associação, em clima de muita descontração e alegria. Os funcionários, familiares e convidados contaram com churrasco e almoço, acompanhados de bebidas, que se estenderam até o fim da tarde. O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, a diretora de Comunicação, Leila Maria de Oliveira, a diretora Sociocultural, Maria Bernadete Crispim, e o diretor Financeiro, Astúlio Gonçalves de Souza, estiveram presentes à confraternização. No encerramento da festa, os funcionários foram presenteados com uma cesta natalina e com um cartão-presente de O Boticário.



Campeão de motovelocidade

O promotor de justiça Marcelo Celestino, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Cidadão (CAO Cidadão), conquistou o Campeonato Goiano de Motovelocidade e Supermoto 2008, na categoria SM Master Nacional. Marcelo obteve cinco vitórias em seis etapas da competição. Neste ano, ele deverá competir na categoria SM3, a principal para motos nacionais.

Novos bebês

O procurador de justiça aposentado Henrique Barbacena Neto comemora o nascimento de seu primeiro neto, Henrique. O garoto nasceu no dia 3 de novembro último, na Maternidade Amparo, em Goiânia. Henrique é filho do engenheiro civil Henrique Barbacena Júnior e da biomédica Ana Cláudia Sena Machado.



A tesoureira da AGMP, Lecy Barbosa, deu à luz sua filha Rebeca no dia 3 de novembro último. A menina nasceu com 3,1 quilos e 48 centímetros, na Hospital da Mulher, em Goiânia. É o segundo filho de Lecy e do produtor musical Elias Barbosa Júnior.



Avaliação física na Academia da AGMP

A partir deste mês de janeiro, os associados da AGMP que praticam atividades físicas na academia da sede social poderão se submeter a avaliações físicas periódicas. O procedimento será feito pelo personal trainer e professor de educação física Samir Almeida. A avaliação física terá um custo individual de R\$ 20, 00 (vinte reais) e será realizada na associação. Os interessados poderão agendar a data e o horário do exame na academia da AGMP. A avaliação física é um componente indispensável para a elaboração de um correto e eficiente programa de exercícios. Através do procedimento, é possível a prescrição de um programa de treinamento seguro à saúde, além de permitir indicar a metodologia mais eficaz à necessidade de cada aluno.

